

**Projeto de Lei nº            /2011**  
(Da Sra. Sueli Vidigal – PDT/ES)

Cria regras para os processos de fusão e incorporação partidárias.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º - Os partidos que optarem pelo processo de fusão ou incorporação devem ter no mínimo dois anos de registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e terem participado de pelo menos um processo eleitoral certificado pelo TSE.

Art. 2º - Esta lei vigor na data da sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

O Brasil possui 27 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Apesar de consideramos um número excessivo de partidos, é inegável a legitimidade de setores da sociedade em criar partidos políticos que representem seus pensamentos ideológicos ou programáticos. Mas não podemos concordar com iniciativas que visam hoje a criação de agremiações políticas somente para burlar a

legislação eleitoral no que se refere, principalmente, à fidelidade partidária

A fusão ou incorporação de partidos não podem ser automáticas, muito menos com o objetivo de burlar a atual legislação eleitoral e desmoralizar a tese da fidelidade partidária, muito cobrada pela sociedade brasileira.

Nesse sentido apresentamos essa proposta, visando principalmente fechar as brechas que propiciem fusões ou incorporações apenas para justificar a troca de partido. São movimentos que significam um acinte à democracia e uma chacota à Justiça Eleitoral.

A incorporação ou fusão, para não serem casuísticas, devem obedecer a regras mais rigorosas, como tempo de registro dos partidos no TSE ou terem a agremiações participados apenas de um processo eleitoral. São regras que asseguram que fusões ou incorporações não são instrumentos apenas para burlar a legislação eleitoral.

Nesse sentido, peço o apoio dos nobres pares a esse projeto.

Sala das Sessões, 15 de março de 2011.

**SUELI VIDIGAL**  
**Deputada Federal – PDT/ES**